

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 10 | QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

SEGREGAÇÃO E AUTOSSEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: o impacto dos conjuntos habitacionais, aglomerados subnormais e os condomínios horizontais fechados na malha e mobilidade urbana de Teresina-PI

SEGREGATION AND SOCIO-SPATIAL SELF-SECRETATION: the impact of housing sets, subnormal agglomerates and the horizontal condominiums closed in Teresina-PI mesh and urban mobility

Francisco Wesley Marques Brandão¹

RESUMO

A Terra urbana da cidade capitalista é dotada de usos e valores diversos, materializando as próprias estratificações das classes sociais no espaço. Diante disso emergem dois processos socioespaciais opostos: Segregação socioespacial e autossegregação socioespacial. Diante disso elaborou-se o seguinte questionamento base: Quais os impactos da formação de conjuntos habitacionais, aglomerados subnormais e condomínios fechados em Teresina? Como objetivo principal: Analisar o processo de urbanização das áreas periféricas de Teresina-PI. Para a construção da pesquisa realizou-se pesquisa Bibliográfica, Documental e de Campo. Ao mesmo tempo que Teresina expande-se em direção as franjas com a formação de conjuntos habitacionais e condomínios horizontais fechados coexistem também cerca de quase 35 mil aglomerados subnormais e mais de 130 mil pessoas (IBGE, 2010) localizados entre conjuntos habitacionais e regiões socioambientalmente vulneráveis.

Palavras-Chaves: Segregação Socioespacial; Autossegregação Socioespacial; Teresina-PI.

¹ Graduado em Licenciatura em Geografia na Universidade Estadual Do Piauí. Ex-Pibdiano na Unidade Escolar Dom Severino/CAPES. Participante do Programa de Iniciação a Pesquisa- PIBIC/UESPI. Participou da Escola de Formação Política da Universidade Estadual do Piauí (2017-2018). Integrante do Núcleo de Estudos de Geografia Física NEGEO-UESPI. Integrante do Núcleo de Estudos intra-urbano do Contato do Urbano Com O Rural (NEURMA- UESPI). Integrante Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária- PIBEU/UESPI. Integrante do Projeto de Extensão Universitária: Lagoas do Norte para Quem? Diálogos e práticas a partir da Educação Popular.

ABSTRACT

Aging is a biopsychosocial process, marked by heterogeneity. The urban land of the capitalist city is endowed with different uses and values, materializing the very stratifications of social classes in space. Therefore, two opposing socio-spatial processes emerge: socio-spatial segregation and socio-spatial self-segregation. Therefore, the following basic question was elaborated: What are the impacts of the formation of housing estates, subnormal agglomerates and closed condominiums in Teresina? As main goal: Analyze the urbanization process of the peripheral areas of Teresina-PI. For the construction of the research Bibliographic, Documentary and Field research was carried out. At the same time that Teresina expands towards the fringes with the formation of housing estates and closed horizontal condominiums, there are also nearly 35 thousand subnormal agglomerates and more than 130 thousand people (IBGE, 2010) located between housing estates and socioenvironmentally vulnerable regions.

Keywords: Socio-Spatial Segregation; Socio-Spatial Self-Segregation, Teresina-PI.

INTRODUÇÃO

A terra urbana da cidade capitalista é dotada de usos e valores diversos, materializando as próprias estratificações das classes sociais no espaço citadino. Dessa forma, os múltiplos processos socioespaciais contribuem para tornar as diferenças socioeconômicas visíveis no processo de urbanização, onde, a população mais pobre não raramente é expulsa das áreas centrais em direção as franjas urbanas, distantes de equipamentos públicos e privados resultando em um processo denominado segregação socioespacial.

Surgido inicialmente na escola de sociologia de Chicago, na década de 1970, o conceito de segregação, originário do latim, *segrego*, buscava inicialmente estudar as cidades norte americanas que se expandiam principalmente através dos imigrantes que moravam em regiões afastadas das áreas centrais, levando a criação de áreas sociais de acordo com suas nacionalidades sendo empurrados (*repoussée*) em direção a periferias menos equipadas.

No entanto, a dinâmica da produção do espaço urbano permite que coexistam em espaços próximos grupos sociais diferentes, diante disso morar distante das áreas centrais não necessariamente significa ter menor poder aquisitivo e está distante da utilização de equipamentos públicos e privados, como é o caso dos condomínios

horizontais fechados, resultantes do processo que os autores denominam de “autossegregação” (VASCONCELOS, 2016, p. 27).

Esses condomínios horizontais fechados, provocativamente chamados também de gueto dos ricos (PAQUOT, 2009); surgem como uma estratégia de populações com maior poder aquisitivo para se blindar de problemas urbanos, principalmente a violência e insegurança, se tornando verdadeiros enclaves fortificados e de exclusão (MARCUSE, 2004). Diante disso o tecido urbano das cidades torna-se um verdadeiro mosaico social, com os diversos grupos materializando suas especificidades na produção da cidade e dos espaços.

Após essa breve aproximação conceitual e introdutória sobre alguns aspectos pertinentes da pesquisa, cabe salientar que a mesma possui como pergunta principal: Quais os impactos da formação de conjuntos habitacionais, aglomerados subnormais e condomínios fechados na malha e mobilidade urbana em Teresina?

Como objetivos pensou-se: Analisar o processo de urbanização das áreas periféricas de Teresina-PI; identificar os principais agentes produtores do espaço urbano e de que formas atuam em Teresina-PI; caracterizar o processo de urbanização das áreas periféricas de Teresina-PI.

Para a construção da pesquisa realizou-se pesquisa Bibliográfica, Documental e de Campo na cidade de Teresina-PI nos condomínios horizontais fechados, aglomerados subnormais e conjuntos habitacionais, além da elaboração de mapas no *software Quantum Gis*, objetivando a resolução da pergunta do estudo e concretização dos objetivos propostos.

2 ESPAÇO URBANO, AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO E PROCESSOS SOCIOESPACIAIS

Em um primeiro momento de reflexão cabe salientarmos o que vem a ser espaço urbano, sendo de acordo com Park (1925) as ruas, edifícios, casas, mas não sendo apenas isso, sendo também um estado de espírito, tradições, costumes e sentimentos. Esse espaço urbano, possui algumas características que denotam toda sua complexidade, essas características podem ser analisadas através de Corrêa (1991, p. 9), onde o espaço urbano é:

Eis o que é espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante, conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais. É este nosso objeto de estudo.

Esses diferentes usos de terra justapostos entre si constituem o solo urbano quase que como uma matéria prima, onde a sociedade materializa suas relações sociais, comerciais, culturais e fragmenta os espaços, dividindo-os em espaços de moradia, trabalho, lazer, e essa fragmentação acaba por fazer o solo urbano adquirir um valor diferente para cada região, fragmentado a cidade também em classes sociais, onde bairros mais vulneráveis socio-ambientalmente agem como imã atraindo classes sociais com menor poder aquisitivo que são expulsas de áreas centrais e com maiores equipamentos públicos e privados em seu tecido urbano.

Esses grupos expulsos de áreas que o solo possui maior valor agregado para morar em locais mais vulneráveis são conhecidos por alguns autores como “grupos sociais excluídos” (Corrêa, 1991, p. 12) que territorializam seu espaço de acordo com suas necessidades de uso, sendo considerados integrantes dos agentes produtores do espaço, juntamente com: “Proprietários dos meios de produção, Proprietários fundiários, Promotores imobiliários, Estado” (CORRÊA, 1991, p. 12).

Esses agentes atuam de diferentes formas no processo de urbanização e não raramente os quatro (proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários e estado) se unem contra os grupos sociais excluídos nas lutas urbanas. Esse caráter multifacetário no processo de urbanização permite, como salientado anteriormente que a cidade não seja homogênea, permitindo a existência de áreas nobres, segregadas, centrais e periféricas em toda sua malha urbana.

Essa relação não é harmônica, ao contrário, é conflituosa, onde nos processos espaciais o Estado atua não apenas como regulador como também produtor do espaço e articulador para que os Atores do capital possam expandir em direções que assegurem sua reprodução capitalista continuada, visando a terra urbana como valor de troca (e lucro), em detrimento dos grupos sociais excluídos que a materializam como valor de uso. Dessa relação conflituosa surgem os processos socioespaciais, onde Corrêa (1991) elenca os seguintes: Centralização e área central, Descentralização e áreas secundárias, Coesão e áreas especializadas, Segregação e as áreas sociais, dinâmica espacial da segregação, Inércia e áreas cristalizadas.

No entanto, não é objetivo deste trabalho discorrer sobre todos os processos socioespaciais e sim, entender dois em específicos, o processo de segregação e o de autosegregação, que embora não apareça nos estudos de Corrêa (1991), aparece nas pesquisas de Souza (2016), dessa forma, com base nesse autor e em suas pesquisas salienta-se que o processo de segregação e autosegregação podem ser analisados a partir de dois modelos de urbanizações o primeiro proposto por Sjoberg (1960) onde inicialmente as elites das cidades localizavam-se nas áreas centrais e à medida que se dirigia em direção a borda das cidades o centro de poder e acessibilidades ao centro diminuía, os preços da terra declinavam, assim como o status dos moradores. Ricos no centro e pobres na periferia.

O segundo modelo de urbanização, já no século XX foi proposto por Park (1925) nesse modelo quem morava no centro eram imigrantes pobres que passaram a ocupar os cortiços após as elites irem morar nos subúrbios. A lógica desse modelo era a relação de troca, os pobres optaram por morar no centro, mais próximo do trabalho, em habitações precárias, ao mesmo tempo que em regiões mais densamente povoadas, enquanto os ricos optavam por morar mais distante do centro, em áreas menos densamente povoadas, melhores habitações e a distância para o centro não sendo um fator determinante, pois possuem grande poder mobilidade.

Ao analisar-se a urbanização brasileira, principalmente nos últimos 30 anos pode se notar o surgimento cada vez maior de conjuntos horizontais fechados em direção a áreas periféricas, resultado de um processo de autosegregação voluntária sendo, portanto, uma forma de agrupamento residencial defensivo que procura juntar os semelhantes, excluir os diferentes e impedir o acesso dos indesejáveis (MARCUSE, 2004).

Esses condomínios, não ocorrem apenas nas metrópoles, mas também nas cidades médias e pequenas, podendo ocorrer no interior das cidades mais densas como também nas periferias causando a ruptura do tecido urbano das cidades, sendo um exemplo de anticidade na medida que localiza-se criando obstáculos e impedimentos à livre circulação.

Ao mesmo tempo que algumas cidades possuem condomínios de autosegregação de alto status em suas bordas, coexistem em seus muros regiões densamente povoadas e com a terra urbana com pouco valor agregado, resultado de

descasos do poder público e um planejamento ineficiente e/ou inexistente, restando apenas para eles morarem em locais vulneráveis socio-ambientalmente, vulneráveis a violência, falta de acesso a saúde, educação. Aos que trabalham na região central das cidades soma-se a grande distância que precisam atravessar de suas casas para o local de trabalho, realizando um movimento pendular, a falta de transporte público eficiente.

3 CIDADE DE TERESINA: segregação e autosegregação socioespacial

A análise dos processos de segregação e autosegregação permitem diversas abordagens teórico-metodológicas, podendo-se ter ênfase em conflitos socioespaciais, planejamento urbano, ação do Estado, questões econômicas e espaciais.

A cidade de Teresina, capital do Piauí, localizada na Latitude: 5° 5' 21" Sul, Longitude: 42° 48' 6" Oeste, tendo uma população estimada em 863 mil pessoas (IBGE, 2010). A capital piauiense, diferente da grande maioria das cidades brasileiras já nasceu sobre o signo da modernidade e planejamento no ano de 1852. Embora inicialmente Teresina tenha sido concebida como uma cidade que deveria ser planejada, já em seus desenhos iniciais, tendo como base os rios Parnaíba e Poti na orientação dos traçados das ruas e da região central (FAÇANHA, 1998), já no seu centenário em 1952 os problemas urbanos começam a ser apontados de modo mais enfático, demonstrando que esse planejamento acabou por não atender as demandas da urbanização.

Nascimento (2010) comenta que nesse período o jornal “o comércio” já trazia relatos sobre Teresina:

Cidade esburacada; cheia de lama no inverno e também na seca; poeira, lixo e até carniça e mictórios nas ruas urbanas; os meios fios, quer onde já passa o calçamento e onde o mesmo não passa, muito descuidados e cheios de mato e lama podre; mercados imundos, e nos bares e botequins... nem é bom falar [...] Se um turista que nos chegue pelo Centenário visitar o Cemitério, os Mercados, o Matadouro e a Praça Deodoro, é certo que dirá ter pisado a terra mais imunda e abandonada do mundo. Sairá cuspiendo de nojo (NASCIMENTO, 2011 p 07 Apud JORNAL DO COMÉRCIO, 1952, p.3).

Esse relato demonstra uma grande ineficiência do poder público em lidar com os problemas urbanos da cidade, problemas estes que vão piorar a partir da construção do primeiro conjunto habitacional da cidade, o Parque Piauí, localizado cerca de 7 km distante do centro, na zona sul da cidade, em um imenso vazio urbano.

A escolha desse local para a construção do Parque Piauí era fruto da nova política urbana nacional, construído pela Companhia de Habitação do Piauí, com recursos do Banco Nacional de Habitação. A construção do conjunto distante do centro rendeu inclusive um diagnóstico no Plano de Desenvolvimento Local Integrado (1969) que apontava o Parque Piauí como sendo distante da área central, os gastos com transporte e deslocamento excedem em muito a parcela que deveria ocupar do salário, não havendo nas proximidades do conjunto nada que conseguisse assimilar tanta mão de obra.

Foram construídos também na segunda metade do século XX os conjuntos Mocambinho I, II e III (5139 habitações), Promorar (4696), Bela Vista (912), Dirceu Arcoverde I, II (7294), Saci (2034) e outros conjuntos de menor porte, distante do centro e enfrentando problemas semelhantes aos que o Parque Piauí enfrentava. Paralelo a construção de conjuntos habitacionais, começou a acentuar-se um processo de periferização e favelização em Teresina, no censo de vilas e favelas realizado em 1996 foram apontados que cerca de 3 mil pessoas viviam em condições de habitação precária, embora Façanha (1998) aponte que desde 1970 já existiam favelas em Teresina, apenas em 1996 houve um esforço da Prefeitura em mapear essas regiões.

Essas ocupações irregulares têm seu estopim, de acordo com Silva (1993) em 1985, onde passa a ter um maior a volume de ocorrências de invasões e pelo fato de a população das áreas faveladas ter crescido com uma rapidez surpreendente, sendo ocupações coletivas e organizadas para resistir a tentativa de expulsão e desapropriação dos terrenos.

Entre 1961 e 1990 foram construídas mais de 34 mil conjuntos habitacionais em Teresina, em contrapartida a população nesse mesmo período aumentou 142.691 para 599 mil pessoas (IBGE, 2010), um aumento superior a 400%.

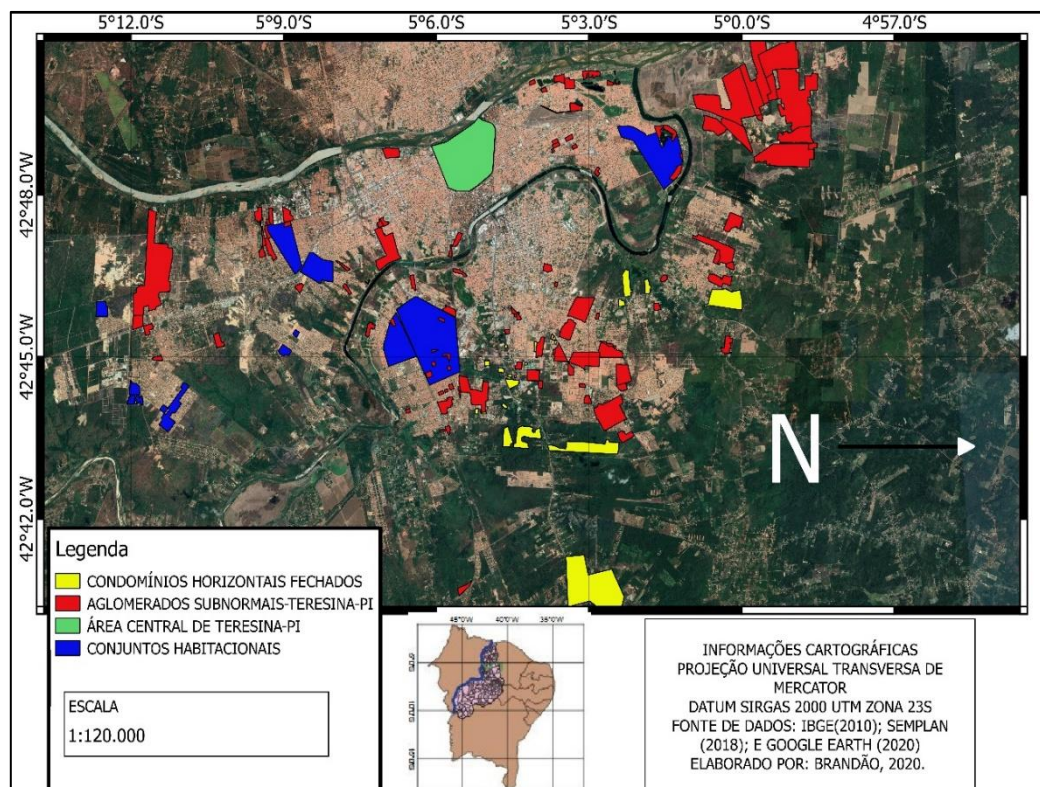
Com a extinção do BNH em 1985 coube a Caixa Econômica Federal a responsabilidade da construção de conjuntos habitacional buscando sanar o déficit habitacional, nos anos 2000 a expansão urbana ocorreu principalmente nos eixos sul e norte com a construção de conjuntos habitacionais nas regiões da grande Santa Maria (Norte) e Porto Alegre(sul).

Os aglomerados subnormais podem ser conceituados de acordo com o IBGE (2010) como sendo: conjuntos de no mínimo 51 unidades habitacionais dispostas em

terrenos e/ou locais carentes de serviços públicos, áreas ocupadas, terreno de propriedade alheia, localizando-se de modo denso e/ou desordenado, vulnerável socioambientalmente. O IBGE (2010) Estima que no Brasil existem mais de 11 milhões de pessoas vivendo em aglomerados subnormais.

Em Teresina coexistem em espaços próximos aglomerados subnormais, conjuntos habitacionais e condomínios horizontais fechados representando dois processos socioespaciais conflitantes, segregação e autosegregação socioespacial (Ver mapa 1).

MAPA 1: localização dos Conjuntos Habitacionais, Aglomerados Subnormais e Condomínios Horizontais Fechados em Teresina-PI.



Fonte: BRANDÃO, 2020.

Embora como pode-se observar no mapa condomínios horizontais fechados, aglomerados subnormais e conjuntos habitacionais dividam espaços próximos é notório que os processos socioespaciais que os originam são diferenciados e conflitantes, dessa forma elencou-se os processos que originam os condomínios horizontais fechados, que são resultados de um processo de autosegregação. Em Teresina, o primeiro condomínio horizontal fechado foi construído em 1996, o condomínio Jardins e Fátima,

localizado na zona Leste da cidade que como pode ser observado no mapa 1 tornou-se o principal vetor de construção desses empreendimentos.

Esse processo de autosegregação das camadas mais ricas da cidade em direção cada vez mais ao leste de acordo com Lima (2002) tem início já na década de 1950, com a construção da ponte Juscelino Kubitschek ligando a região central da cidade com a área leste. Em 1960 é construído o jockey clube da cidade, ainda no sentido leste, na década de 1970 é construído a Universidade Federal do Piauí tornando essa região o novo foco da urbanização Teresinense, através da ação dos promotores imobiliários aquela área passa a se torna a região nobre da cidade, nas palavras de Abreu (1983, p. 78):

A Zona Leste de Teresina ‘foi escolhida’ para ser aquela que abrigaria a população de mais alto status, migrantes das áreas residenciais do centro antigo, por uma série de requisitos: amenidades, e principalmente por ser uma área cujos proprietários – grandes latifundiários urbanos – lotearam a terra, transferindo suas residências definitivamente para ali, o que permitiu às famílias residentes desfrutarem de amplos espaços; este fato atraiu vizinhança semelhante pois, os primeiros habitantes trouxeram consigo parentes e amigos de igual status sócio econômico. Considera também “a importância dos corretores de imóveis, que cumprindo seu papel como agentes na organização/reorganização do espaço, apregoam através de agressiva propaganda transmitida pelos meios de comunicação, as qualidades da área. Com isto reforçam o aspecto ideológico do novo espaço urbano, tornando-o cada vez mais valorizado e, na medida de sua intensa procura, cada vez mais escassos e cotados com altos valores”

Dessa forma nota-se que enquanto nas zonas Norte, Sul e Sudeste o poder público urbanizava através da construção de conjuntos habitacionais o vetor leste produzia uma urbanização totalmente diferente, onde os promotores imobiliários articulados com os detentores do capital começaram a construir um espaço para “chamar de seu”. No entanto, em décadas posteriores populações com menor poder aquisitivo passaram a ocupar vazios urbanos na própria zona Leste, “obrigando” aos grupos dominantes que ocupavam áreas próximas uma nova reorganização do espaço urbano, através da construção de condomínios horizontais fechados à partir da década de 1990, resultando em novas formas de segregação e autosegregação socioespacial no solo urbano teresinense.

O primeiro condomínio horizontal fechado construído em Teresina foi o Mansão dos Morros em 1991, localizado na zona leste de Teresina. Nesse condomínio foram construídos 107 lotes inicialmente, sendo estes de médio porte e baixa densidade além

de contar com a possibilidade de o comprador murar seu lote e a presença de segurança no local, controlando entrada e saída (SILVA, 2015).

O grande salto da construção desses imóveis ocorre na primeira década do século XXI, com a presença de capital externo e empreendimento a nível nacional, como caso do Aldebaran (grupo *Best Business*), que já conta com duas unidades em Teresina, a primeira fundada em 2006 e a segunda 2015, ambas localizadas na zona Leste e com um total de 1170 lotes. Em Teresina também pode ser encontrado o grupo imobiliário Alphaville, que possui dois espaços na cidade, ambos na parte leste teresinense, o primeiro foi construído em 2010 e o segundo em 2016, totalizando mais de 1150 lotes.

Fora estes empreendimentos de nível nacional podem ser encontrados também condomínios construídos por segmentos imobiliários de menor porte, em sua maioria localizados na zona leste da cidade, em áreas mais distantes do núcleo central, próximo de rodovias nacionais e estaduais, principalmente a BR-343.

Ao mesmo tempo que a população mais rica opta por se direcionar as franjas urbanas em busca de mais segurança, tranquilidade, áreas de verdes e de lazer a população mais pobre, que vive em áreas de risco, que não possuem imóveis próprios deslocam-se de modo “voluntário” para regiões cada vez mais distantes do centro para conjuntos habitacionais, Em Teresina a maior concentração desses conjuntos são na parte norte e sul da cidade, onde principalmente após os anos 1990, parcerias com a Caixa Econômica Federal e Programa Minha Casa Minha Vida foram construídos novos imóveis para abrigar a população da cidade que não parava de crescer.

Desses novos conjuntos construídos a grande maioria localiza-se com uma distância da área central superior a 8 km, o conjunto mais próximo encontrado na cidade foi o Conjunto Zilda Arns, concluído em 2010 com cerca de 500 imóveis. Localizando-se a pouco mais de 4 km do centro, na zona norte da cidade o Zilda Arns foi construído a partir de uma parceria entre Prefeitura Municipal, Banco Mundial e Governo Federal, através do Programa Minha Casa Minha Vida (TERESINA, 2014).

Ao mesmo tempo que Teresina expande-se em direção as franjas coexiste também cerca de quase 35 mil aglomerados subnormais (IBGE, 2010), tanto em regiões periféricas como em locais próximos ao centro da cidade ou em locais vulneráveis ambientalmente (próximos a lagoas e rios). Esses aglomerados correspondem a mais de 130 mil pessoas vivendo em baixas condições sociais, ambientais e em imóveis

inadequados (IBGE, 2010). A maior parte dos aglomerados podem ser encontrados na região Sul (11.635 domicílios) e Leste (10.906) (TERESINA, 2016).

Com altas taxas de densidade demográfica e renda média inferior a um salário-mínimo na maioria esses aglomerados, suas construções estão diretamente relacionados com a expansão de conjuntos habitacionais, conforme Lima (2003, p. 30):

apresenta uma tendência de localização próxima aos conjuntos habitacionais, áreas estas que oferecem, em tese, maiores acesso a serviços urbanos, mesmo que tais núcleos se localizem nas franjas da cidade, ou seja, na nova periferia [...]. Ela se redesenha, também pela ocupação de vazios urbanos e pelo adensamento de áreas já habitadas, em virtude da construção, mesmo em escala reduzida, de novos conjuntos habitacionais (LIMA, 2003, p.50).

Dessa forma a expansão de aglomerados subnormais é condicionado tanto pela expansão “formal” do espaço urbano, através da construção pelo poder público de conjuntos habitacionais quanto pela ocupação e/ou invasão de vazios urbanos que não raramente são espaços especulativos dos atores do capital imobiliário.

Esses locais carecem de infraestrutura básica, saneamento, pavimentação, falta de equipamentos públicos como escolas, hospitais, delegacias. Fora a ausência de equipamentos urbanos existe também uma forte propaganda negativa sobre essas regiões, devido a altos índices de criminalidade, no entanto, essa percepção negativa acaba por perpetuar e potencializar ainda mais o processo de segregação para as comunidades que habitam esses locais, indo além das formas urbanas, interferindo também em aspectos sociais e preconceituosos. Não obstante disso quem mora em condomínios horizontais fechados recebe um tratamento diferenciado, não apenas do poder público, como também da sociedade em geral.

No que diz respeito a mobilidade urbana nessas regiões a prefeitura Municipal de Teresina, elaborou o plano diretor de mobilidade urbana no ano de 2007 e constatou que o deslocamento por transportes individuais (motos e carros) são predominantes na região Leste da cidade, enquanto o deslocamento por transportes públicos e bicicletas é maior na zona Norte, historicamente a região mais pobre da cidade.

Fortes (2015) explica que na zona Leste da cidade ocorre a maior concentração de funcionários públicos em Teresina, dotados de maior poder de mobilidade estes contribuem para a ocorrência de congestionamentos na cidade, devido ao deslocamento deles para seus locais de trabalho na área central teresinense, local com

maior número de empreendimentos públicos. A falta de transportes públicos suficientes nas zonas periféricas dificulta ainda mais o deslocamento dos moradores que habitam os conjuntos habitacionais, fato que não implica dificuldades para os moradores de conjuntos habitacionais fechados, pois são dotados de grande mobilidade urbana.

4 CONCLUSÃO

Podemos concluir, portanto, que a urbanização em Teresina vem apresentando uma forte tendência de espraiamento urbano, culminando nos processos de segregação socioespacial e autosegregação socioespacial, resultado da construção de conjuntos habitacionais e condomínios horizontais fechados que se acentuaram nos últimos 20 anos.

Embora essa multiplicidade de práticas seja considerada recente na urbanização habitacional teresinense são práticas já solidificadas tanto a nível nacional quanto internacional, possuindo uma grande presença de capital externo e do setor financeiro subsidiando as construções, principalmente no que tange os conjuntos habitacionais através da Caixa Econômica Federal.

Os atores da nova agenda de urbanização habitacional são principalmente os promotores imobiliários em conjunto do estado, articulando-se em um processo de expansão urbana de habitações e criação de infraestrutura viária, energética, saneamento, transporte nos novos locais. Embora constate-se que a presença atuante do estado na produção do espaço seja principalmente nas bordas dos conjuntos habitacionais fechados, pela forte presença do capital, nota-se também a presença do estado, ainda que tímida na construção de infraestrutura ao redor de conjuntos habitacionais e aglomerados subnormais. Dessa forma, o estado atua segregando áreas ditas pobres e auxiliando nas vantagens para aqueles que optam por se enclausurar distante da cidade legal.

REFERÊNCIAS

ABREU, I. G. **O Crescimento da Zona Leste de Teresina: um caso de segregação?** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1989.

FAÇANHA, A. C. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas**. Dissertação (Mestrado). Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 1998.

FORTES, R. I. F. **Por Uma Política de Morbilidade Urbana Abrangente**. Carta Cepro. SEMPLAN. V, 27. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

LIMA, A. J. de. **As Multifaces da Pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos**. Teresina: Halley, 2003.

LIMA, I. M. M. F. **Teresina: Urbanização e Meio Ambiente**. Scientia et Spes, 1(2):181-206. 2002.

MARCUSE, P. **Enclaves, Sim; Guetos, não: A segregação e o Estado**. Espaço e Debates, São Paulo, n. 24. 2004.

NASCIMENTO, F. **As múltiplas portas da cidade no centenário de Teresina**. In: NASCIMENTO, F. (Org). Sentimentos e Ressentimentos em Cidades Brasileiras. Teresina: EDUFPI, 2010. p. 181-208.

PAQUOT, T. **Ville Fragmentée ou urbain éparpillé**. In: Navez- Bouchanine, Françoise (ed). La fragmentation en question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale? Paris: L'harmattan, 2009.

PARK, R. E. **The City, Chicago**, University of Chicago Press, 1925.

SJOBBERDG, G. **The Pre- Industrial City: Past and present**. New York: The Free Press, 1960.

SILVA, G. C. **Expansão dos condomínios horizontais e loteamentos fechados em Teresina, Piauí: segregação, estratégias de marketing, valorização e especulação imobiliária**. 123f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Programa de Doutorado e Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí), Teresina, 2015.

SILVA, M. D. **Movimentos sociais urbanos e Estado: efeitos políticos-institucionais e consolidação democrática**. In: NASCIMENTO, E. P. de & BARREIRA, I. A. F. (orgs.) Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem. Rio de Janeiro: Notrya; Fortaleza, CE: SUDENE:UFC. 1993.

SOUZA, M. I. **A Cidade A Palavra e o Poder: Práticas Imaginários e Discursos Heterônomos e Autônomos na Produção do Espaço Urbano**. In: CARLOS, A. F. A. Et Al. A Produção do Espaço Urbano. São Paulo. Contexto, 2016.

VASCONCELOS. P. D. A. **Contribuições Para o Debate Sobre Processos e Formas Socioespaciais Nas Cidades.** In. Corrêa, R. L Et Al. A Cidade Contemporânea Segregação Espacial. São Paulo. Contexto, 2016.

TERESINA. **Perfil dos Bairros.** Secretária Municipal de Planejamento, 2016.

TERESINA. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina.** Financiamento: Ministério do Interior SERFHAU/ FIPLAN/ BNH. COPLAN, 1969.

TERESINA. Prefeitura Municipal de Teresina. Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN). **Marco de Reassentamento Involuntário.** Org: Prefeitura Municipal de Teresina. Teresina, 2014a.